

Tendo em vista as ponderações feitas pelo Conselho Superior de Instrução Publica na sua Consulta de 8 de Fevereiro proximo passado;

Usando das faculdades conferidas ao Governo pelo artigo 5.º do Decreto com sanção legislativa de 20 de Setembro de 1844, e pela Lei do Orçamento geral do Estado:

Hei por bem crear uma cadeira de ensino primario na freguezia do Reguengo, concelho da Batalha, districto de Leiria; devendo realisar-se os indicados offerecimentos em favor da instituição da escola, e proceder-se desde logo a concurso para o provimento legal do logar do Professor que ha de rege-la.

O Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 6 de Abril de 1859.—REL.—*Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.*

No Diar. do Gov. de 14 Abr., n.º 88.

3.ª DIRECÇÃO — 2.ª REPARTIÇÃO

Sendo-me requerida a approvação dos Estatutos por que pretende reger-se a Associação popular promotora da educação do sexo feminino;

Attendendo eu a que tão util instituição tem por fim promover o estabelecimento de escolas primarias para instrução e educação do sexo feminino, e especialmente uma escola modelo, onde ao mesmo tempo se habilitem mestras para as referidas escolas; e

Conformando-me com o parecer do Conselho Superior de Instrução Publica, e com o do Procurador Geral da Corôa:

Hei por bem approvar os Estatutos da Associação popular promotora da educação do sexo feminino, os quaes, constando de vinte e sete artigos, escriptos em tres meias folhas de papel, todas rubricadas pelo Conselheiro Official Maior da Secretaria d'Estado dos Negocios do Reino, fazem parte d'este Decreto, e com elle baixam assignados pelo Ministro e Secretario d'Estado da mesma Repartição; entendendo-se com tudo ser feita esta approvação com as seguintes clausulas:

1.ª Que as escolas d'esta Associação, ou sejam permanentes ou ambulantes, ficam sujeitas á inspecção e fiscalisação das Auctoridades competentes, assim administrativas como litterarias, em conformidade dos preceitos consignados no titulo 3.º artigos 83.º a 87.º do Decreto com força de Lei de 20 de Setembro de 1844.

2.ª Que a escolha de mestras e apreciação de sua capacidade, para lhes ser confiada a instrução e educação da mocidade, será regulada pelo Decreto de 20 de Dezembro de 1850, artigos 42.º e 43.º, e Decreto de 30 do referido mez e anno, artigo 21.º, ambos elles com referencia ao disposto no artigo 84.º do Decreto com sanção legislativa de 20 de Setembro de 1844.

3.ª Que a approvação dos compendios ou outros escriptos, e dos methodos e modos de ensino, de que se houver de fazer uso nas escolas da Associação, será regulada pela Lei commum, isto é, pelo Decreto com força de Lei de 15 de Novembro de 1836, artigo 25.º, e pelo Decreto com força de Lei de 17 do mesmo mez e anno, artigo 64.º § 3.º, pelo Decreto com força de Lei de 20 de Setembro de 1844, artigos 2.º e 3.º, e pelo Regulamento de 20 de Dezembro de 1850, artigo 27.º

4.ª Que a ingerencia da Associação com respeito ao serviço da inspecção se limitará ás escolas que por ella forem creadas.

O Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 6 de Abril de 1859.—REL.—*Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.*